

Faculdade Baiana de Direito

GUIA DE NORMAS ACADÊMICAS

Salvador
2018



Coordenadora: Ivanildes Sousa dos Santos

COLABORADORES

Aécio Souza
Alexsandra Bartolomeu
Edilene de Oliveira
Hugo Araújo
Italla Cerqueira
Jane Keyla de Jesus
João Lucas do Couto
Joelma Ramos
Manoel Eloiton Faustino
Pamela Oliveira
Tailana Vitória Barbosa

SUMÁRIO

1	ELEMENTOS DE UM TRABALHO ACADÊMICO.....	4
1.1	ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS.....	4
1.2	ELEMENTOS TEXTUAIS.....	4
1.3	ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS.....	4
2	CAPA.....	5
3	FOLHA DE ROSTO.....	6
4	FOLHA DE APROVAÇÃO.....	7
5	RESUMO.....	8
6	SUMÁRIO.....	9
7	REFERÊNCIAS.....	10
8	CITAÇÃO.....	13
8.1	SISTEMAS DE CHAMADA.....	13
9	NUMERAÇÃO PROGRESSIVA.....	14
10	ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES.....	15
	BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA.....	16

1 ELEMENTOS DE UM TRABALHO ACADÊMICO

1.1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Obrigatório	Opcional
Capa	Errata
Folha de rosto	Dedicatória
Folha de aprovação	Agradecimentos
Resumo	Epígrafe
Resumo em língua estrangeira	Lista de ilustrações
Sumário	Lista de tabelas
	Lista de abreviaturas e siglas
	Lista de símbolos

1.2 ELEMENTOS TEXTUAIS

Introdução
Desenvolvimento
Conclusão

1.3 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

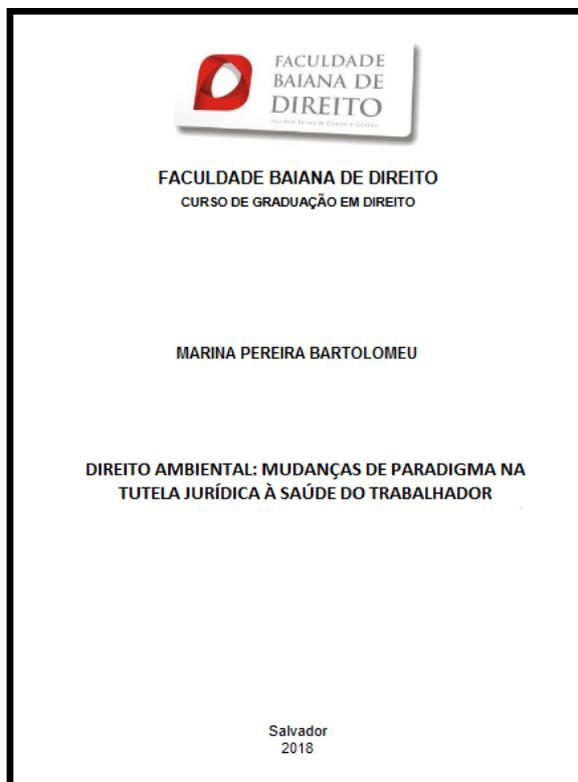
Obrigatório	Opcional
Referência	Glossário
	Apêndice
	Anexo
	Índice

2 CAPA

As informações presentes na capa devem ser centralizadas em caixa alta (com exceção da cidade quando só a letra inicial deve ser maiúscula) utilizando a fonte Arial ou Times New Roman.

Na capa devem constar:

- Logo da instituição;
- Nome da instituição e do curso, em espaço simples, em corpo 16, 14 respectivamente;
- Nome do autor em corpo 14 e negrito;
- Título em corpo 16 (utilizar tamanho 14 caso seja muito extenso) negrito;
- Subtítulo em corpo 14 (utilizar tamanho 12 caso seja muito extenso) negrito;
- Local em corpo 14 sem negrito, centralizado na penúltima linha antes da margem inferior;
- Ano do depósito em corpo 14 sem negrito, centralizado na última linha antes da margem inferior.



3 FOLHA DE ROSTO

Contém os elementos identificadores da obra. O nome do autor e o título da obra devem estar em caixa alta

Na folha de rosto devem constar:

- Nome do autor em corpo 14 negrito e centralizado;
- Título em corpo 16 (utilizar tamanho 14 caso seja muito extenso) negrito e centralizado;
- Subtítulo em corpo 14 (utilizar tamanho 12 caso seja muito extenso) negrito e centralizado;
- Nota sobre a natureza do trabalho, nome do curso e da instituição apresentado, seguido do objetivo (grau pretendido). A nota deve estar localizada a 6 cm da margem esquerda;
- Nome do orientador precedido da respectiva titulação;
- Local em corpo 14 sem negrito, centralizado na penúltima linha antes da margem inferior;
- Ano do depósito em corpo 14 sem negrito, centralizado na última linha antes da margem inferior.

MARINA PEREIRA BARTOLOMEU

**DIREITO AMBIENTAL: MUDANÇAS DE PARADIGMA
NA TUTELA JURÍDICA À SAÚDE DO TRABALHADOR**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Direito, Faculdade Baiana de Direito, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Salvador
2018

4 FOLHA DE APROVAÇÃO

Deve conter o nome do autor seguido do título do trabalho, uma nota especificando o tipo do trabalho e o grau pretendido, a instituição que o concede, data da aprovação e os componentes da banca examinadora com a respectiva titulação, nome da instituição onde seu título foi obtido e espaço para assinatura.

MARINA PEREIRA BARTOLOMEU
DIREITO AMBIENTAL
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito, Faculdade Baiana de Direito, pela seguinte banca examinadora:
Nome: _____
Titulação e instituição: _____
Nome: _____
Titulação e instituição: _____
Nome: _____
Titulação e instituição: _____
Salvador, ____/____/ 2018

5 RESUMO

Texto que sintetiza os aspectos principais do trabalho, como a natureza, o contexto, objetivos, métodos, resultados e conclusão.

RESUMO

O mundo tem mudado muito nos últimos anos, e o Brasil vem se adequando a uma nova forma de modelo de Estado, desprendendo-se das amarras do monopólio estatal – modelo interventor – passando a um modelo mediador e regulador. Antigamente, o Estado brasileiro era dono de inúmeras empresas, sendo dele os monopólios de exploração de todos os serviços públicos. E este excesso de presença estatal na economia acaba por gerar mais impostos; gerar clientelismo e troca de favores; gerar corrupção. O papel de concessionárias ficou para as empresas privatizadas. E para fugir à lentidão burocrática do controle direto do Poder Executivo, e no intuito de prezar pela boa qualidade dos serviços oferecidos e de proteger o interesse dos usuários é que foram criadas as Agências Reguladoras. Mas os órgãos reguladores não estão atuando de forma eficaz e dessa forma tramita no Congresso um projeto de lei que visa, sobretudo uniformizar a regulamentação referente às Agências Reguladoras. Mas enquanto não é aprovado o projeto de lei nº 3337 de 2004, o programa do governo Lula trouxe uma nova forma de prestação de serviço público que é a parceria público-privada para tentar obter dos investidores, empréstimos, como também uma melhor qualidade nos serviços prestados. O projeto das PPPs é totalmente inovador na área da Administração Pública brasileira, mas muitos pré-requisitos deverão de ser selecionados para obter o êxito almejado. Uma conclusão é clara e visível – as parcerias só serão um sucesso se o marco regulatório estiver bem estruturado – para trazer aos entes privados segurança e confiabilidade de que os seus investimentos terão retorno, caso contrário se reduzirá a um fracasso, e a sociedade arcará com o ônus deste insucesso.

Palavras-chave: Administração pública. Agências reguladoras. Parcerias público-privadas

6 SUMÁRIO

Representação das seções que compõe o documento, na mesma ordem em que aparecem no texto, com indicação das folhas ou páginas onde estão localizadas

- A palavra sumário deve ser centralizada em caixa alta e negrito;
- Os indicativos numéricos das seções devem ser alinhados à esquerda;
- Elementos pré-textuais não devem constar no sumário;
- Elementos pós-textuais devem constar no sumário sem indicativo numérico de seção;

SUMÁRIO		
1	INTRODUÇÃO	7
2	SOCIEDADE DE RISCO E INTERNET	10
2.1	OS NOVOS DIREITOS E NOVAS SITUAÇÕES SURGIDAS COM A SOCIEDADE DE RISCO	13
2.2	A INTERNET COMO UM RISCO INSERIDO NA SOCIEDADE	19
2.3	CRIMES DE INTERNET: NOVA CRIMINALIDADE OU NOVA ROUPAGEM	21
2.3.1	Crimes Informáticos Próprios	23
2.3.2	Crimes Informáticos Impróprios	25
3	O TRATAMENTO JURÍDICO DA IMAGEM	29
3.1	IMAGEM-RETRATO	35
3.2	IMAGEM-ATRIBUTO	37
3.3	O ABUSO NO USO DA IMAGEM COMO ATO ILÍCITO – A INTERNET E A REDEFINIÇÃO DO DIREITO A IMAGEM	38
4	A RESPONSABILIDADE PENAL	46
4.1	ARTIGO 154 – A DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO	46
4.2	OS CRIMES CONTRA HONRA	49
4.3	CRIME DE DIFAMAÇÃO	52
4.4	CRIME DE INJÚRIA	56
4.5	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)	59
4.6	ESTUPRO VIRTUAL	62
4.7	PROJETO DE LEI 5.555/2012 – LEI MARIA DA PENHA VIRTUAL	64
4.8	PROJETO DO CÓDIGO PENAL	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	75

7 REFERÊNCIAS

Lista das obras citadas e consultadas na elaboração do trabalho que deve ficar localizada logo após o texto.

- Obra com apenas um autor

SOBRENOME, Nome. **Título:** subtítulo. Edição. Local: Editora, ano de publicação.

SOUZA, Antônio. **Introdução ao estudo do direito:** evolução histórica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

- Obra com até 3 autores

BENJAMIN, Antônio Herman; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de direito do consumidor.** 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

- Obra com mais de 3 autores

CHIMENTI, Ricardo Cunha et al. **Curso de direito constitucional.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

- Obras coordenadas

FARIAS, Cristiano Chaves de; DIDIER JR., Fredie (Coord.). **Procedimentos especiais cíveis:** legislação extravagante. São Paulo: Saraiva, 2003.

- Monografias, Dissertações, Teses

SILVA, Gabriel Oliveira da. **Gentrificação e higienização social:** um estudo de caso acerca do desvirtuamento do instituto da desapropriação. 2017. 97 f. Monografia (Graduação) – Faculdade Baiana de Direito, Salvador, 2017.

- Capítulo de livro

ORIONE NETO, Luiz. Teoria geral dos procedimentos especiais. In: FARIAS, Cristiano Chaves de; DIDIER JR., Fredie (Coord.). **Procedimentos especiais cíveis:** legislação extravagante. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 11-49.

- Capítulo de livro do mesmo autor da obra geral

DIDIER JR, Fredie. A intervenção judicial do CADE (art. 89, LF n. 8.884/94) e da CVM (art. 31, LF, n. 6.385/76). In: _____. **Procedimentos especiais cíveis**: legislação extravagante. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 1245-1258.

- Artigo de periódico

REBELO, Nikolai Sosa. Disputas arbitrais em fusões e aquisições. **Revista Síntese Direito Empresarial**, São Paulo, v. 60, p. 9-20, jan.-fev. 2018.

- Legislação

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

- Leis, decretos e medidas provisórias

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgão da administração direta e das autarquias do estado e dá providências correlatas. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 71, t. 12, p. 2693 – 2698, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

- Súmulas, acórdãos, sentenças, habeas corpus

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 732. É constitucional a cobrança da contribuição do salário-educação, seja sob a Carta de 1969, seja sob a Constituição Federal de 1988, e no regime da Lei nº 9.424/96. In: ANGER, Anne Joyce (Org.). **Vade Mecum acadêmico de direito**. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2007. p. 1550.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Menor – genitor estrangeiro – expulsão – dependência econômica – interesse da criança – prevalência. Relator: Ministro Castro Meira. Brasília, 27 de fevereiro de 2008. **Repertório de Jurisprudência IOB**: civil, processual, penal e comercial, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 313, 2. quin. maio 2008. Texto 3/26171.

BAHIA. Tribunal Regional do Trabalho (5. Região). Empregados do comércio de Salvador. Impedimento de realização de trabalho nos dias considerados feriados. Sentença do Processo 01.02.02.0858-93 da 2ª Vara do Trabalho de Salvador. Juiz Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho. Salvador, 30 de dezembro de 2002. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 29, n. 109, p. 353-365, jan./mar. 2003.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Habeas Corpus nº1.110.322.3/0-0000-000, da 2ª Câmara, Mogi das Cruzes, SP, 05 de novembro de 2007. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 97, v. 869, p. 636, mar. 2008.

8 CITAÇÃO

Citação é a “Menção de uma informação extraída de outra fonte.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002, p. 1).

- **Citação direta** é a transcrição textual de parte da obra do autor consultado.
- **Citação indireta** é o texto baseado na obra de outro autor consultado.

8.1 SISTEMAS DE CHAMADA

- Sistema Autor-data

Neste sistema, as obras citadas estão ligadas diretamente à lista de referências localizada no final do trabalho em ordem alfabética.

Exemplos:

(DIDIER, 2017)

De acordo com Didier (2017), [...]

“Quando se diz que as cominações terão eficácia de título executivo extrajudicial, não se afasta a hipótese de o compromisso vir a ser utilizado para debelar crises de certeza, situação jurídica e adimplemento.” (RODRIGUES, 2003, p. 416)

- Sistema numérico

Neste sistema, a indicação das obras utilizadas no trabalho é feita mediante uma numeração única e consecutiva, em algarismos arábicos, que é ligada à lista de referências no final no trabalho ou da seção.

Exemplo:

No texto: Didier¹ afirma que [...]

Na lista: 1 DIDIER JR, Fredie. A intervenção judicial do CADE (art. 89, LF n. 8.884/94) e a CVM (art. 31, LF, n. 6.385/76). In: _____. **Procedimentos especiais cíveis**: legislação extravagante. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 1245-1258.

9 NUMERAÇÃO PROGRESSIVA

Os indicativos numéricos correspondentes às divisões do trabalho, devem estar alinhados à margem esquerda. Não se deve usar recuo das margens para diferenciar seções de subseções.

Modelo:

PRIMÁRIA	SECUNDÁRIA	Terciária	Quaternária	<i>Quinária</i>
1	1.1	1.1.1	1.1.1.1	<i>1.1.1.1.1</i>
2	1.2	1.2.1	1.2.1.1	<i>1.2.1.1.1</i>
3	1.3	1.3.1	1.3.1.1	<i>1.3.1.1.1</i>

Exemplo:

1	INTRODUÇÃO
2	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA
2.1	CONCEITO
2.2	FASES
2.2.1	Identificação dos itens
2.2.2	Localização dos documentos
2.2.3	Referenciação
2.2.3.1	De livros
2.2.3.1.1	<i>Autoria desconhecida</i>

10 ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES

- As seções de Errata, agradecimentos, lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, resumos, sumário referências, glossário, apêndice, anexo e índice são itens que não devem ser numerados, mas sim centralizados ao aparecer no corpo texto;
- A formatação das margens da página deve ser configurada da seguinte forma: margem superior e esquerda 3cm, margem inferior e direita 2 cm;
- O parágrafo deve ter um recuo de 1 cm e 6 pt de espaçamento;
- As citações com mais de 3 linhas devem constar com um recuo de 4 cm da margem esquerda.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 5 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2012. 3 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo. Rio de Janeiro, 2002. 2 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 7 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 11 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 8 p.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2009.

LUBISCO, Nubia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 5. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.